



Apesar de o número de candidatos pretos ou pardos superar o de brancos, dificilmente essa proporção se traduzirá em conquista de mandatos. Desigualdade na distribuição de recursos e legislação frouxa contribuem para a exclusão

# Representantes negros importam

» TAÍSA MEDEIROS  
» VÍCTOR CORREIA

pela primeira vez, o número de pedidos de registro de candidatos negros no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) superou o de postulantes brancos desde que teve início a autodeclaração de raça, em 2014. Neste ano, houve 14.698 candidaturas de autodeclarados pretos ou pardos, representando um total de 50% dos registros. O dado chama a atenção, uma vez que a população negra é maioria entre os brasileiros. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2019, 56,2% dos cidadãos se declararam pretos ou pardos.

O avanço é reconhecido por especialistas, mas considerado insuficiente para promover a paridade entre negros e brancos na política. Um dos motivos é que as candidaturas não se traduzem na mesma proporção em representantes públicos. Em 2018, por exemplo, 55,17% dos postulantes à Câmara se declararam negros. Entre os eleitos, porém, eles correspondem a apenas 24,3% do total.

Em segundo lugar, há resistências dentro dos próprios partidos. Nas eleições de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que fosse feita uma distribuição proporcional pelos partidos, entre candidatos brancos e negros, do Fundo Eleitoral e do tempo de rádio e tevê. A medida, no entanto, foi desrespeitada por 22 siglas. Sujeitas a punições que iam de multas à suspensão do fundo partidário, as legendas articularam uma anistia no Congresso e não sofreram consequências. O mesmo ocorreu com quem desrespeitou as cotas voltadas às mulheres.

Por outro lado, o pleito de 2022 é o primeiro no qual terá efeito a Emenda Constitucional 111, de setembro de 2021, que determina que votos em negros e mulheres contarão em dobro para a divisão do fundo partidário da eleição seguinte. Pelo menos em teoria, a medida incentiva as siglas a elegerem candidatos negros.

Michael Dantas/AFP



Manifestação contra o racismo: baixa representatividade em cargos eletivos reflete na falta de políticas públicas voltadas a pretos e pardos

## Corrida eleitoral

Veja a proporção de candidatos negros nas majoritárias

2022	<b>50,25%</b> (14.698 candidatos)
2018	<b>46,56%</b> (13.542 candidatos)
2014	<b>44,26%</b> (11.579 candidatos)

Obs.: antes de 2014, não havia autodeclaração de raça

Fonte: TSE

Outro fator de atenção é a distribuição das candidaturas negras entre os cargos disputados: elas estão mais presentes para as funções de menor poder político, como a de deputado estadual, e se tornam minoria em altas posições. Apenas dois negros concorrem à Presidência da

República neste ano: Vera Lúcia (PSTU) e Léo Péricles (UP), dos 12 nomes registrados no TSE.

Vera Lúcia pontua que o aumento das candidaturas negras é resultado de luta travada pelos próprios movimentos em defesa da raça. “A questão é que, mesmo assim, isso não está refletido nos

principais debates do país”, destaca, referindo-se à ausência dela e de Léo Péricles nos debates. Em consequência, exclui-se, também, a discussão sobre o racismo. “Os problemas que mais assolam a sociedade brasileira, que são os negros e os indígenas, ficaram ausentes do debate. Os programas desses candidatos não respondem às necessidades dos negros e negras, e nem das mulheres da classe trabalhadora”, diz.

Péricles faz a mesma análise. “Esse ponto passa muito em passant pelas candidaturas, de forma extremamente secundária, até porque mexer nesse problema significa enfrentar setores que mandam e desmandam no Brasil, que impuseram um modo de operar, que são as chacinhas, as polícias extremamente militarizadas, que inclui uma grande violência contra o povo pobre,

sobretudo nas periferias”, aponta o candidato (**leia as duas entrevistas na página ao lado**).

## Insuficiente

Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol-UnB) e membro do Observatório das Eleições, Carlos Machado diz que as ações afirmativas são importantes, mas insuficientes. “As medidas vigentes precisam de aprimoramento, pois não levam em consideração os critérios utilizados pelos partidos para alocação de recursos. Para que uma candidatura seja eleitoralmente viável é importante que ela concentre uma quantidade elevada de recursos”, explica. “Não basta direcionar os recursos para candidaturas de pessoas negras de forma pouco estratégica, é preciso

que esse recurso seja direcionado efetivamente para contribuir na eleição dessas candidaturas. A ampla autonomia dada aos partidos para o direcionamento de recursos públicos não contribui diretamente para a eleição de pessoas negras.”

Machado acrescenta: para além de recursos, é preciso que as legendas forneçam um ambiente propício e seguro para essas minorias. “A violência política atua como um aspecto que impede não apenas a campanha de candidaturas fora do padrão predominante na política, mas também inviabiliza até mesmo que certas pessoas pensem em se candidatar, com medo das violências pelas quais podem passar”, salienta.

O professor acredita que o caminho para reverter o quadro é com legislação e ação efetiva dos órgãos fiscalizadores.

A advogada e diretora do Instituto de Referência Negra Peregrum, Sheila de Carvalho, defende que os partidos políticos abracem a causa e que, de fato, cumpram a regulamentação eleitoral.

“Já houve um processo de anistia dos partidos que não cumpriram essa determinação, e estamos muito receosos de que isso possa voltar a acontecer no ano de 2022. Não é isso que a gente quer. A gente precisa de um compromisso dos partidos políticos em incentivarem essas candidaturas, tornando-as realmente viáveis para a competição eleitoral”, pontua.

Sheila de Carvalho também destaca que a agenda dos candidatos extrapola o tema raça. “O que a gente tem tentado fomentar dentro da sociedade é que o movimento negro tem um projeto político de país, que não é só para negros e negras, é um projeto político para todas e todos”, frisa. “E isso envolve uma agenda de garantia de direitos. Nesse cenário, o que eu acho que é necessário que a gente faça é buscar que esses candidatos e candidatas ao pleito eleitoral busquem afirmar um compromisso com essa agenda de reivindicação de direitos.”

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

# Lula assume narrativa do voto útil na reta de chegada

“Eu nunca fiz eleição para ganhar no 2º turno. Eu, que tenho 46%, tenho que acreditar que é possível, nos próximos dias, conquistar a porcentagem que falta, sem desprezo a ninguém”, posou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ontem, no seu Twitter oficial, Lula 13. Iniciou, assim, uma arrancada de 20 dias, cujo objetivo é volatilizar nas próximas semanas as candidaturas de Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB). Com isso, pretende transformar uma ameaça, o risco de perder para o presidente Jair Bolsonaro (PL) no segundo turno, na oportunidade de vencer no primeiro turno. Na pesquisa Ipec/TV Globo de segunda-feira, Lula aparece com 51% de votos

válidos, o que significa a chance de vitória no primeiro turno.

Na postagem, Lula foi elegante. Vencer no primeiro turno seria um feito inédito. Em 2022, a disputa contra José Serra (PSDB-SP) foi para o segundo turno; em 2006, contra o ex-tucano Geraldo Alckmin (PSB), que hoje é seu vice, também. As vitórias de Dilma Rousseff em 2010, no auge de seu prestígio como presidente, e em 2014, também foram para o segundo turno. Ou seja, não existe precedente de os candidatos do PT vencerem a eleição de rolão. Dessa vez, porém, Lula está animado. Bolsonaro não consegue baixar a sua rejeição, a avaliação de seu governo continua ruim, a distância entre ambos no

eleitorado feminino permanece abissal. A fala mansa do presidente da República nos últimos dias mostra que a estratégia bolsonarista de confrontação ideológica esgotou-se no 7 de Setembro.

Bolsonaro se manteve nos 31% da semana passada, segundo o Ipec, mas a aprovação do governo oscilou negativamente de 25% para 23%, enquanto a reprovação variou de 43% para 45%. A rejeição ao modo de governar de Bolsonaro oscilou para cima, de 57% para 59%. Lula sentiu o cheiro de animal ferido na floresta e foi à caça. Dos votos de Bolsonaro? Não, resolveu partir pra cima dos eleitores de Ciro Gomes, que estacionou nos 7%. A mesma pesquisa revelou que 52% dos eleitores do petista

ainda podem de mudar de voto. Lula é sutil no voto útil, mas sua militância nas redes sociais é uma escolada patrulha ideológica, que partiu para cima dos setores de esquerda refratários ao voto em Lula no primeiro turno.

O acordo com Marina Silva (Rede), candidata a deputada federal por São Paulo, em grande estilo, com o compromisso de levar adiante o programa da sua ex-ministra do Meio Ambiente, com quem Lula estava rompidado, é considerado como uma sinalização de que chegou a hora de concentrar as forças para derrotar Bolsonaro no primeiro turno e não dar nenhum espaço para contestação do resultado eleitoral. Meia narrativa é de que Bolsonaro representa uma ameaça fascista e, para barrá-la, como ensina a velha tradição de esquerda, o melhor instrumento é uma “frente ampla”. Ocorre que não existe essa frente, o que está se propondo é a unidade de esquerda. A outra metade da

narrativa é o argumento de que as forças que apoiam Simone Tebet querem levar a eleição ao segundo turno para barganhar seu apoio e forçar o ex-presidente Lula a assumir um programa liberal, mantendo o teto de gastos, a reforma trabalhista, a autonomia do Banco Central etc, o que afastaria qualquer possibilidade de acordo de cúpula com essas forças no segundo turno.

## Volatilidade

Bolsonaro sentiu o golpe da pesquisa Ipec. Havia ampla expectativa de parte do comando de sua campanha de que as grandes mobilizações do 7 de Setembro seriam uma arrancada para a vitória, mas não foi isso que ocorreu. O brado presidencial de que era “imbrochável” roubou toda a narrativa patriótica. O ato revelou mais capacidade de mobilização dos bolsonaristas do que de persuasão dos eleitores indefinidos. Os ataques a Lula com base

nas denúncias de corrupção no seu governo também não estão aumentando a rejeição do petista como se imaginava; outras bandeiras bolsonaristas se esvaíram com a chegada de Bolsonaro ao poder. No fundo, o mau desempenho do governo, principalmente nas áreas sociais, como educação, saúde, habitação, virou uma mala sem alça que seus aliados precisam carregar.

Nas próximas semanas, o ambiente eleitoral se tornará mais volátil, porque a maioria dos eleitores começará a consolidar ou mudar o voto. A possibilidade de uma vitória de Lula no primeiro turno é real, mas nem de longe está consolidada. O que as pesquisas estão mostrando até agora é que o cenário de segundo turno é o mais provável, com Lula e Bolsonaro. Essa polarização pode desidratar Ciro Gomes, nas próximas semanas, em favor do petista; mas esse é o caso de Simone Tebet? Se sua candidatura do MDB for volatilizada, para onde irão os seus votos?